

PRIMO LEVI

**OS AFOGADOS
E OS SOBREVIVENTES**
Os delitos, os castigos,
as penas, as impunidades

Tradução de
Luiz Sérgio Henriques

2ª edição



PAZ E TERRA

II | A ZONA CINZENTA

Fomos capazes, nós sobreviventes, de compreender e de fazer compreender nossa experiência? Aquilo que comumente entendemos por “compreender” coincide com “simplificar”: sem uma profunda simplificação, o mundo a nosso redor seria um emaranhado infinito e indefinido, que desafiaria nossa capacidade de nos orientar e decidir nossas ações. Em suma, somos obrigados a reduzir o cognoscível a um esquema: tendem a este objetivo os admiráveis instrumentos que construímos no curso da evolução e que são específicos do gênero humano, a linguagem e o pensamento conceitual.

Tendemos a simplificar inclusive a história; mas nem sempre o esquema no qual se ordenam os fatos se pode determinar de modo unívoco, e pode ocorrer, pois, que historiadores diferentes compreendam e construam a história de modos incompatíveis entre si; todavia, é tão forte em nós — talvez por razões que remontam a nossas origens de animais sociais — a exigência de dividir o campo entre “nós” e “eles”, que este esquema, a bipartição amigo-inimigo, prevalece sobre todos os outros. A história popular, e também a história tal como é tradicionalmente ensinada nas escolas, se ressentem dessa tendência maniqueísta que evita os meios-tons e a complexidade: são propensas a reduzir a torrente dos acontecimentos humanos aos conflitos, e os confli-

tos a duelos, nós e eles, os atenienses e os espartanos, os romanos e os cartagineses. Decerto, este é o motivo da enorme popularidade dos esportes espetaculares, como o futebol, o beisebol e o pugilismo, nos quais os contendores são dois times ou dois indivíduos, bem distintos e identificáveis, e no fim da partida haverá os derrotados e os vencedores. Se o resultado é o empate, o espectador se sente fraudado e desiludido: num nível mais ou menos inconsciente, ansiava por vencedores e perdedores, identificando-os respectivamente com os bons e os maus, porque são os bons que devem levar a melhor, senão o mundo estaria de pernas para o ar.

Esse *desejo* de simplificação é justificado, a simplificação nem sempre o é. É uma hipótese de trabalho, útil na medida em que seja reconhecida como tal e não confundida com a realidade; a maior parte dos fenômenos históricos e naturais não é simples ou, pelo menos, não tem a simplicidade que nos agradaria. Ora, não era simples a rede das relações humanas no interior dos Lager: não se podia reduzi-la a dois blocos, o das vítimas e o dos opressores. Em quem lê (ou escreve) hoje a história dos Lager é evidente a tendência, ou melhor, a necessidade de dividir o bem e o mal, de poder assumir um lado, de repetir o gesto do Cristo no Juízo Universal: aqui os justos, lá réprobos. Os jovens, sobretudo, pedem clareza, o corte nítido; sendo escassa sua experiência do mundo, eles não amam a ambigüidade. Sua expectativa, de resto, reproduz com exatidão aquela dos recém-chegados ao Lager, jovens ou não: todos, com exceção de quem já tivesse atravessado uma experiência análoga, esperavam encontrar um mundo terrível mas decifrável, de acordo com aquele modelo simples que atavicamente trazemos conosco, “nós” dentro e o inimigo fora, separados por um limite nítido, geográfico.

Ao contrário, o ingresso no Lager constituía um choque em razão da surpresa que implicava. O mundo no qual se precipitava era decerto terrível, mas também indecifrável: não era conforme a nenhum modelo, o inimigo estava ao redor mas também dentro, o “nós” perdia seus limites, os contendores não eram dois, não se distinguia uma fronteira mas muitas e confusas, talvez inúmeras, separando cada um do outro. Entrava-se esperando

pelo menos a solidariedade dos companheiros de desventura, mas os aliados esperados, salvo casos especiais, não existiam; existiam, ao contrário, mil mônadas impermeáveis e, entre elas, uma luta desesperada, oculta e contínua. Esta revelação brusca, que se manifestava desde as primeiras horas de cativo, muitas vezes sob a forma imediata de uma agressão concêntrica por parte daqueles em que se esperava encontrar os futuros aliados, era tão dura que logo derrubava a capacidade de resistir. Para muitos foi mortal, indiretamente ou até diretamente: é difícil defender-se de um golpe para o qual não se está preparado.

Nessa agressão se podem distinguir diversos aspectos. É preciso recordar que o sistema concentracionário, desde suas origens (que coincidem com a subida do nazismo ao poder na Alemanha), tinha o objetivo primário de romper a capacidade de resistência dos adversários: para a direção do campo, o recém-chegado era um adversário por definição, qualquer que fosse a etiqueta que lhe tivesse sido afixada, e devia ser demolido imediatamente para que não se tornasse um exemplo ou um germe de resistência organizada. Neste ponto os SS tinham idéias claras e, sob este aspecto, deve-se interpretar todo o sinistro ritual, diferente de Lager para Lager mas único na substância, que acompanhava o ingresso; os chutes e os murros desde logo, muitas vezes no rosto; a orgia de ordens gritadas com cólera autêntica ou simulada; o desnudamento total; a raspagem dos cabelos; a vestimenta de farrapos. É difícil dizer se todas essas particularidades foram estabelecidas por algum especialista ou aperfeiçoadas metodicamente com base na experiência, mas por certo eram deliberadas e não casuais: uma direção havia, e era aparatosa.

Mas para o ritual do ingresso e o colapso moral que ele propiciava contribuíam também, mais ou menos conscientemente, os outros componentes do mundo concentracionário; os prisioneiros simples e os privilegiados. Raramente sucedia que o recém-chegado fosse acolhido, não digo como um amigo, mas pelo menos como um companheiro de infortúnio; na maior parte dos casos, os velhos (e se virava velho em três ou quatro meses: a transformação era rápida!) manifestavam aborrecimento ou mesmo hostilidade. O “novato” (*Zugang*: observe-se que em ale-

mão é um termo abstrato, administrativo; significa “ingresso”, “entrada”) era invejado porque parecia trazer ainda consigo o cheiro de sua casa, e era uma inveja absurda, já que, com efeito, se sofria muito mais nos primeiros dias de cativo do que depois, quando o costume, por uma parte, e a experiência, por outra, permitiam que se construíssem defesas. Era submetido a zombarias e a brincadeiras cruéis, como acontece em todas as comunidades com os “conscritos” e os “calouros”, bem como nas cerimônias de iniciação dos povos primitivos: e não há dúvida de que a vida no Lager comportava uma regressão, acarretava comportamentos — precisamente — primitivos.

É provável que a hostilidade para com o *Zugang* fosse substancialmente motivada como todas as outras intolerâncias, ou seja, consistisse numa tentativa inconsciente de consolidar o “nós” à custa dos “outros”, de criar, em suma, aquela solidariedade entre os oprimidos, cuja ausência era fonte de sofrimento adicional, mesmo que não percebida diretamente. Entrava em jogo também a busca do prestígio, que em nossa sociedade parece ser uma necessidade insuprimível: a multidão desprezada dos velhos prisioneiros tendia a reconhecer no recém-chegado um alvo sobre o qual desafogar a humilhação, a encontrar à sua custa uma compensação, a construir a suas expensas um indivíduo de nível mais baixo sobre o qual despejar o peso das ofensas recebidas do alto.

No tocante aos prisioneiros privilegiados, o raciocínio é mais complexo e até mais importante: a meu ver, é fundamental. É ingênuo, absurdo e historicamente falso julgar que um sistema infernal, como o nacional-socialismo, santifique suas vítimas: ao contrário, ele as degrada, assimila-as a si, e isto tanto mais quanto elas sejam disponíveis, ingênuas, carentes de uma estrutura política ou moral. Muitos sinais indicam que parece ter chegado o tempo de explorar o espaço que separa (não só nos Lager nazistas!) as vítimas dos opressores, e de fazê-lo com a mão mais ágil e o espírito menos turvo do que se fez, por exemplo, em alguns filmes. Só uma retórica esquemática pode sustentar que aquele espaço seja vazio: jamais o é, está coalhado de figuras torpes ou patéticas (às vezes possuem as duas qualidades ao mesmo

tempo), que é indispensável conhecer se quisermos conhecer a espécie humana, se quisermos saber defender nossas almas quando uma prova análoga se apresentar novamente, ou se somente quisermos nos dar conta daquilo que ocorre num grande estabelecimento industrial.

Os prisioneiros privilegiados eram minoritários na população dos Lager, mas representam, ao contrário, uma forte maioria entre os sobreviventes; de fato, ainda que não se leve em conta o cansaço, os golpes, o frio, as doenças, deve-se lembrar que a ração alimentar era nitidamente insuficiente até para o prisioneiro mais sóbrio: gastas em dois ou três meses as reservas fisiológicas do organismo, a morte por fome, ou por doenças induzidas pela fome, era o destino normal do prisioneiro. Podia ser evitada apenas com um suplemento alimentar e, para obtê-lo, era preciso um privilégio, grande ou pequeno; em outras palavras, um jeito, *octroyé* ou conquistado, astuto ou violento, lícito ou ilícito, de estar acima da norma.

Ora, não se pode esquecer que a maior parte das recordações dos sobreviventes, narradas ou escritas, começa assim: o choque contra a realidade concentracionária coincide com a agressão, não prevista e não compreendida, por parte de um inimigo novo e estranho, o prisioneiro-funcionário, que, ao invés de lhe pegar a mão, tranquilizá-lo, ensinar-lhe o caminho, se arroja sobre você gritando numa língua desconhecida e lhe golpeia o rosto. Ele quer domá-lo, quer apagar a centelha de dignidade que você talvez ainda conserve e que ele perdeu. Mas você estará perdido se esta sua dignidade o levar a reagir: esta é uma lei não escrita mas férrea, o *zurückschlagen*, a resposta na mesma moeda, é uma transgressão intolerável, que só pode ocorrer a um “novato”. Quem a comete deve tornar-se um exemplo: outros funcionários acorrem em defesa da ordem ameaçada, e o culpado é surrado com raiva e método, até ser domado ou morto. O privilégio, por definição, defende e protege o privilégio. Lembre-se de que o termo local, ídiche e polonês, para indicar o privilégio, era *protekcja*, de evidente origem italiana e latina; e me foi narrada a história de um “novato” italiano, um militante da Resistência, jogado num Lager de trabalho com a etiqueta de

prisioneiro político quando ainda estava no vigor de suas forças. Fora maltratado durante a distribuição da sopa e havia ousado dar um empurrão no funcionário-distribuidor: acorreram os colegas deste último, e o réu foi afogado exemplarmente com a cabeça afundada na panela da própria sopa.

A ascensão dos privilegiados, não só no Lager mas em todas as situações humanas, é um fenômeno angustiante mas inevitável: eles só não existem nas utopias. É dever do homem justo declarar guerra a todo privilégio não merecido, mas não se deve esquecer que esta é uma guerra sem fim. Onde existe um poder exercido por poucos, ou por um só, contra a maioria, o privilégio nasce e prolifera, inclusive contra a vontade do poder mesmo; mas é normal que o poder o tolere e o encoraje. Limitemo-nos ao Lager, que, no entanto, mesmo em sua versão soviética, pode bem servir como "laboratório": a classe híbrida dos prisioneiros-funcionários constitui sua base e, simultaneamente, o traço mais inquietante. É uma zona cinzenta, com contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos. Possui uma estrutura interna incrivelmente complicada e abriga em si o suficiente para confundir nossa necessidade de julgar.

A zona cinzenta da protekcja e da colaboração nasce de múltiplas raízes. Em primeiro lugar a área do poder, quanto mais estreita, tanto mais precisa de auxiliares externos; o nazismo dos últimos anos não podia prescindir deles, resolvido como estava a manter sua ordem no interior da Europa subjugada e a alimentar as frentes de guerra debilitadas pela resistência militar crescente dos adversários. Era indispensável buscar nos países ocupados não só mão-de-obra mas também forças da ordem, delegados e administradores do poder alemão, então empenhado em outros lugares até o ponto da exaustão. Nesta área devem ser catalogados, com nuances diferentes de peso e qualidade, Quisling na Noruega, o governo de Vichy na França, o *Judenrat* de Varsóvia, a República de Salò, bem como os mercenários ucranianos e bálticos empregados em toda parte nas tarefas mais sujas (jamais em combates), e os *Sonderkommandos*, dos quais deveremos falar. Mas os colaboradores que provêm do campo

adversário, os ex-inimigos, são indignos de confiança por essência: traíram uma vez e podem trair outra. Não basta relegá-los às tarefas marginais; o modo melhor de comprometê-los é carregá-los de crimes, manchá-los de sangue, expô-los tanto quanto possível: assim contraem com os mandantes o vínculo da cumplicidade e não mais podem voltar atrás. Esse modo de agir é conhecido das associações criminosas de todos os tempos e lugares, tem sido praticado pela Máfia desde sempre, e, entre outras coisas, é só o que explica os excessos, de outra forma indecifráveis, do terrorismo italiano dos anos 1970.

Em segundo lugar e em contraste com uma certa estilização hagiográfica e retórica, quanto mais feroz a opressão, tanto mais se difunde entre os oprimidos a disponibilidade de colaboração com o poder. Também essa disponibilidade é matizada por nuances e diferenciações infinitas: terror, engodo ideológico, imitação barata do vencedor, ânsia míope por um poder qualquer, mesmo que ridiculamente circunscrito no espaço e no tempo, covardia, e até lúcido cálculo dirigido para escapar das regras e da ordem imposta. Todos esses motivos, singularmente ou em combinação, foram operantes na origem da faixa cinzenta, cujos componentes, em relação aos não-privilegiados, eram unidos pela vontade de conservar e consolidar seu privilégio.

Antes de discutir em separado os motivos que induziram alguns prisioneiros a colaborar, em medida variada, com a autoridade do Lager, é preciso, contudo, afirmar com vigor que, diante de casos humanos como esses, é imprudente precipitar-se emitindo um juízo moral. Deve estar claro que a máxima culpa recai sobre o sistema, sobre a estrutura mesma do Estado totalitário; o concurso no crime por parte dos colaboradores singulares, grandes e pequenos (jamais simpáticos, jamais transparentes!), é sempre difícil de avaliar. É um juízo que gostaríamos de confiar somente a quem se achou em circunstâncias análogas e teve oportunidade de verificar em si mesmo o que significa agir em circunstâncias forçadas. Manzoni o sabia bem: "Os provocadores, os opressores, todos aqueles que, de um modo qualquer, fazem mal aos outros, são réus não somente do mal que cometem, mas também da perversão a que conduzem o ânimo dos

oprimidos". A condição de vítima não exclui a culpa, e esta com frequência é objetivamente grave, mas não conheço tribunal humano ao qual atribuir sua avaliação.

Se dependesse de mim, se fosse obrigado a julgar, absolveria facilmente todos aqueles cujo concurso para o crime foi mínimo e sobre os quais a coação foi máxima. Em torno de nós, prisioneiros sem graduação, fervilhavam os funcionários de escalão inferior. Constituíam uma fauna pitoresca: varredores, lavadores, guardas-noturnos, arrumadores de cama (que exploravam em benefício próprio, e minúsculo, a mania alemã de beliches arrumados meticulosamente), controladores de piolhos e de sarnas, mensageiros, intérpretes, ajudantes dos ajudantes. Em geral, eram pobres-diabos como nós, trabalhando em horário integral como todos os outros, mas que, por um pouco de sopa a mais, se prestavam a executar essas e outras funções "terciárias": inócuas, às vezes úteis, freqüentemente inventadas do nada. Raramente eram violentos, mas tendiam a desenvolver uma mentalidade tipicamente corporativa e a defender com energia seu "posto de trabalho" contra quem, de cima ou de baixo, tramasse insídias. Seu privilégio, que de resto comportava um incômodo e um cansaço suplementares, lhes valia pouco e não os subtraía à disciplina e ao sofrimento dos outros; sua esperança de vida era substancialmente igual àquela dos não privilegiados. Eram rudes e insolentes, mas não percebidos como inimigos.

O juízo se torna mais delicado e mais diferenciado para aqueles que ocupavam posições de comando: os chefes (*Kapos*: o termo alemão deriva diretamente do italiano, e a pronúncia truncada, introduzida pelos prisioneiros franceses, só se difundiu muitos anos depois, divulgada pelo filme homônimo de Pontecorvo e favorecida na Itália justamente pelo seu valor diferencial) das brigadas de trabalho, os chefes de alojamento, os escriturários, bem como o mundo (que eu então nem imaginava) dos prisioneiros que desempenhavam atividades diversas, às vezes delicadíssimas, nos escritórios administrativos do campo, a Seção Política (de fato, uma seção da Gestapo), o Serviço do Trabalho, as celas de punição. Alguns destes, graças à sua habilidade ou à fortuna, tiveram acesso às informações mais secretas dos respec-

tivos Lager, e, como Hermann Langbein em Auschwitz, Eugen Kogon em Buchenwald, e Hans Marsalek em Mauthausen, tornaram-se depois seus historiadores. Não se sabe o que mais admirar: se sua coragem pessoal ou sua astúcia, que lhes permitiram ajudar concretamente seus companheiros de muitas maneiras, estudando atentamente os diferentes oficiais SS com os quais estavam em contato, e intuindo quais deles podiam ser corrompidos, quais dissuadidos das decisões mais cruéis, quais chantagados, quais enganados, quais atemorizados pela perspectiva de um *redde rationem* com o fim da guerra. Alguns entre eles — por exemplo, os três citados — também eram membros de organizações secretas de defesa e, por isto, o poder de que dispunham graças a suas funções era contrabalançado pelo perigo extremo que corriam, na qualidade de "resistentes" e de detentores de segredos.

Os funcionários ora descritos não eram em absoluto, ou eram só aparentemente, colaboradores, mas sim opositores encobertos. Não era o caso da maior parte dos outros detentores de posições de comando, que se revelaram exemplares humanos entre medíocres e péssimos. Mais do que desgastar, o poder corrompe; e seu poder, que era de natureza peculiar, corrompia ainda mais intensamente.

O poder existe em todas as variedades da organização social humana, mais ou menos controlado, usurpado, investido a partir de cima ou reconhecido a partir de baixo, atribuído por mérito, por solidariedade corporativa, por sangue ou por mecanismo censitário: é verossímil que uma certa medida de domínio do homem sobre o homem esteja inscrita em nosso patrimônio genético de animais gregários. Não está demonstrado que o poder seja intrinsecamente nocivo à coletividade. Mas o poder de que dispunham os funcionários dos quais se fala, inclusive os de escalão inferior, como os *Kapos* das brigadas de trabalho, era substancialmente ilimitado; ou melhor, à sua violência se impunha um limite inferior, no sentido de que eles eram punidos ou destituídos se não se mostrassem suficientemente duros, mas nenhum limite superior. Em outros termos, estavam liberados para cometer contra seus subordinados as piores atrocidades a título

de punição para qualquer transgressão, ou mesmo sem motivo algum: até o fim do ano de 1943, não era raro que um prisioneiro fosse assassinado a pancadas por um *Kapo*, sem que este tivesse de temer qualquer sanção. Só mais tarde, quando a carência de mão-de-obra se tornou mais aguda, é que se introduziram algumas limitações: os maus-tratos que os *Kapos* podiam infligir aos prisioneiros não deviam reduzir permanentemente sua capacidade de trabalho; mas já então se difundira a deformação, e nem sempre a norma foi respeitada.

Reproduzia-se assim, dentro dos Lager, em escala menor mas com características ampliadas, a estrutura hierárquica do Estado totalitário, no qual todo o poder emana do alto e um controle de baixo para cima é quase impossível. Mas esse "quase" é importante: jamais existiu um Estado que fosse realmente "totalitário" sob esse aspecto. Uma forma qualquer de reação, um corretivo ao arbítrio total, jamais deixou de haver, nem no Terceiro Reich nem na União Soviética de Stalin: num como noutro caso, serviram como freio, em maior ou menor medida, a opinião pública, a magistratura, a imprensa estrangeira, as Igrejas, o sentimento de humanidade e justiça que dez ou vinte anos de tirania não conseguem eliminar. Só dentro do Lager o controle a partir de baixo era nulo, e o poder dos pequenos sátrapas era absoluto. É compreensível que um poder de tal amplitude atraísse com força aquele tipo humano que é ávido de poder; que a ele aspirassem também indivíduos de instintos moderados, atraídos pelas muitas vantagens materiais das funções; e que tais indivíduos fossem fatalmente intoxicados pelo poder de que dispunham.

Quem se tornava *Kapo*? Mais uma vez é preciso distinguir. Em primeiro lugar, aqueles a quem a possibilidade era oferecida, ou seja, os indivíduos nos quais o comandante do Lager ou seus delegados (que muitas vezes eram bons psicólogos) entreviam a potencialidade de colaborador: criminosos comuns egressos das prisões, aos quais a carreira de esbirro oferecia uma excelente alternativa à detenção; prisioneiros políticos enfraquecidos por cinco ou dez anos de sofrimentos ou, um modo ou de outro, moralmente debilitados; mais tarde, até judeus, que viam na

migalha de autoridade que se lhes oferecia o único modo de escapar da "solução final". Mas muitos, como dissemos, aspiravam ao poder espontaneamente: buscavam-no os sádicos, por certo não numerosos mas muito temidos, uma vez que para eles a posição de privilégio coincidia com a possibilidade de infligir aos subordinados sofrimento e humilhação. Buscavam-no os frustrados, e também isto é um traço que reproduz no microcosmo do Lager o macrocosmo da sociedade totalitária: em ambos, fora da capacidade e do mérito, o poder é concedido generosamente a quem esteja disposto a reverenciar a autoridade hierárquica, conseguindo assim uma promoção social inalcançável de outro modo. Buscavam-no, enfim, muitos entre os oprimidos que sofriam o contágio dos opressores e tendiam inconscientemente a identificar-se com eles.

Sobre esse mimetismo, sobre essa identificação ou imitação, ou ainda troca de papéis entre o opressor e a vítima, já se discutiu muito. Disseram-se coisas verdadeiras e inventadas, perturbadoras e banais, agudas e estúpidas: não é um terreno virgem, ao contrário, é um campo arado desajeitadamente, pisado e revolto. A diretora Liliana Cavani, a quem se pedira expressar sucintamente o sentido de um filme seu, belo e falso, declarou: "Somos todos vítimas ou assassinos e aceitamos estes papéis voluntariamente. Só Sade e Dostoiévski compreenderam isto bem"; disse também acreditar "que em todo ambiente, em toda relação, há uma dinâmica vítima-carrasco mais ou menos claramente expressa e geralmente vivida em nível não consciente".

Não entendo muito do inconsciente ou do profundo, mas sei que poucos entendem disto e que esses poucos são mais cautelosos: não sei, e me interessa pouco saber, se em meu profundo se aninha um assassino, mas sei que fui vítima inocente, e assassino não; sei que os assassinos existiram, não só na Alemanha, e ainda existem, inativos ou em serviço, e que confundir os com suas vítimas é uma doença moral ou uma afetação estética ou um sinal sinistro de cumplicidade; sobretudo, é um precioso serviço prestado (intencionalmente ou não) aos negadores da verdade. Sei que no Lager, e mais em geral no teatro humano, acontece tudo, e que por isto o exemplo singular demonstra

pouco. Dito claramente tudo isto e reafirmado que confundir os dois papéis significa querer mistificar desde a raiz nossa necessidade de justiça, algumas considerações restam por fazer.

É sempre verdade que, no Lager e fora dele, existem pessoas cinzentas, ambíguas, dispostas ao compromisso. A tensão extrema do Lager tende a aumentar suas fileiras; elas possuem autonomamente uma cota (tanto mais relevante quanto maior sua liberdade de escolha) de culpa, e, além desta, ficam os vetores e os instrumentos da culpa do sistema. É sempre verdade que a maior parte dos opressores, durante ou (mais freqüentemente) após suas ações, se deu conta de que aquilo que fazia ou tinha feito era iníquo, eles experimentaram talvez dúvidas ou mal-estar, ou mesmo foram punidos; mas esses sofrimentos não são suficientes para arrolá-los entre as vítimas. Do mesmo modo, não bastam os erros e as concessões dos prisioneiros para alinhá-los com seus guardiães: os prisioneiros dos Lager, centenas de milhares de pessoas de todas as classes sociais, de quase todos os países da Europa, representavam uma amostragem média, não selecionada, de humanidade: ainda que não se quisesse levar em conta o ambiente infernal em que foram bruscamente precipitados, é ilógico pretender deles, e é retórico e falso sustentar que todos tenham sempre seguido, o comportamento que se espera dos santos e dos filósofos estoicos. Na realidade, na esmagadora maioria dos casos, seu comportamento foi ferreamente condicionado: ao cabo de poucas semanas ou meses, as privações a que foram submetidos os conduziram a uma condição de pura sobrevivência, de luta cotidiana contra a fome, o frio, a fadiga, o espancamento, condição na qual o espaço para as escolhas (especialmente para as escolhas morais) estava reduzido a nada; entre eles, pouquíssimos sobreviveram à prova, graças à soma de muitos eventos improváveis; em resumo, foram salvos pela sorte, e não tem muito sentido buscar em seus destinos algo comum, a não ser talvez a boa saúde inicial.

Um caso-limite de colaboração é representado pelos *Sonderkommandos* de Auschwitz e dos outros Lager de extermínio. Aqui

hesito em falar de privilégio: quem deles fazia parte só era privilegiado na medida em que (e com que custo!) por alguns meses comia suficientemente, não decerto porque pudesse ser invejado. Com esta denominação deliberadamente vaga, "Esquadrão Especial", era indicado pelos SS o grupo de prisioneiros aos quais estava confiada a gestão dos fornos crematórios. A eles cabia manter a ordem entre os recém-chegados (muitas vezes inteiramente inconscientes do destino que os esperava) que deviam ser introduzidos nas câmaras de gás; tirar das câmaras os cadáveres; extrair o ouro dos dentes; cortar os cabelos das mulheres; separar e classificar as roupas, os sapatos, o conteúdo das bagagens; transportar os cadáveres para os fornos crematórios e cuidar do funcionamento dos fornos; retirar e eliminar as cinzas. O Esquadrão Especial de Auschwitz contava, dependendo da época, com um efetivo entre setecentos e mil prisioneiros.

Esses Esquadrões Especiais não escapavam do destino de todos; antes, por parte dos SS havia todo o cuidado para que nenhum homem que deles havia participado pudesse sobreviver e contar. Em Auschwitz se sucederam doze esquadrões; cada qual atuava alguns meses, em seguida era eliminado, sempre com um artifício diferente para prevenir eventuais resistências, e o esquadrão sucessivo, como iniciação, queimava os cadáveres dos predecessores. O último esquadrão, em outubro de 1944, rebelou-se contra os SS, explodiu um dos fornos crematórios e foi exterminado num combate desigual, a que aludirei mais adiante. Os sobreviventes dos Esquadrões Especiais, portanto, foram pouquíssimos, salvos da morte por algum lance imprevisível do destino. Nenhum deles, após a libertação, falou de bom grado, e nenhum fala de bom grado de sua terrível condição. As informações que possuímos sobre os Esquadrões provêm dos minguidos depoimentos desses sobreviventes; das confissões de seus "mandantes" processados diante de diferentes tribunais; de alusões contidas em depoimentos de "civis" alemães ou poloneses, que casualmente tiveram oportunidade de entrar em contato com os esquadrões; e, finalmente, de páginas de diário escritas febrilmente para memória futura, e sepultadas com extremo cuidado nas proximidades dos fornos crematórios de Auschwitz,

por parte de alguns de seus componentes. Todas essas fontes são concordes entre si; porém, é-nos difícil, quase impossível, construir uma representação de como esses homens viviam dia após dia, de como viam a si mesmos e aceitavam sua condição.

Num primeiro momento, eles eram escolhidos pelos SS entre os prisioneiros já presentes nos Lager, e há testemunho de que a escolha se dava não só com base no vigor físico mas também no estudo aprofundado das fisionomias. Em alguns casos raros, o alistamento aconteceu por punição. Mais tarde, preferiu-se buscar os candidatos diretamente nas plataformas ferroviárias, à chegada de cada comboio: os “psicólogos” dos SS se haviam dado conta de que o recrutamento era mais fácil se tivessem como alvo aquela gente desesperada e desorientada, enervada pela viagem, carente de resistências, no momento crucial do desembarque do trem, quando verdadeiramente todo recém-chegado se sentia à beira da escuridão e do terror de um espaço não terrestre.

Os Esquadrões Especiais eram constituídos em sua maior parte pelos judeus. Por um lado, isso não pode espantar, uma vez que o objetivo principal dos Lager era destruir os judeus e que a população de Auschwitz, a partir de 1943, era constituída por judeus numa proporção entre 90 e 95%; por outro, fica-se atônito diante deste paroxismo de perfídia e de ódio: os judeus é que deveriam pôr nos fornos os judeus, devia-se demonstrar que os judeus, sub-raça, sub-homens, se dobram a qualquer humilhação, inclusive a destruição de si mesmos. Além do mais, atestou-se que nem todos os SS aceitavam de bom grado o massacre como tarefa cotidiana; delegar às próprias vítimas uma parte do trabalho, e justamente a mais suja, devia servir (e provavelmente serviu) para aliviar algumas consciências.

Por certo, seria iníquo atribuir essa aquiescência a alguma particularidade especificamente judia: dos Esquadrões Especiais também fizeram parte prisioneiros não judeus, alemães e poloneses, porém com as funções “mais dignas” de *Kapos*; e também prisioneiros de guerra russos, que os nazistas consideravam só um pequeno degrau acima dos judeus. Foram poucos, porque em Auschwitz havia poucos russos (em sua grande maioria eram

exterminados antes, imediatamente após a captura, metralhados à beira de enormes valas comuns): mas não se comportaram de modo diferente daquele dos judeus.

Os Esquadrões Especiais, na qualidade de portadores de um horrendo segredo, eram todos rigorosamente separados dos outros prisioneiros e do mundo exterior. Todavia, como sabe todo aquele que tenha atravessado experiências análogas, nenhuma barreira jamais é destituída de falhas: as informações, mesmo incompletas e distorcidas, têm um poder enorme de penetração, e alguma coisa sempre transpira. Sobre esses Esquadrões, boatos vagos e truncados já circulavam entre nós durante o confinamento e foram confirmados mais tarde pelas outras fontes mencionadas anteriormente, mas o horror intrínseco dessa condição humana impôs a todos os testemunhos uma espécie de pudor; por isso, ainda hoje é difícil construir uma imagem do que “significava” ser forçado a exercer esse ofício durante meses. Alguns testemunharam que aqueles desgraçados dispunham de uma grande quantidade de bebidas alcoólicas, encontrando-se permanentemente num estado de embrutecimento e de prostração total. Um deles declarou: “Ao fazer este trabalho, ou se enlouquece no primeiro dia, ou então se acostuma”. Mas outro disse: “Por certo, teria podido matar-me ou me deixar matar; mas eu queria sobreviver, para vingar-me e para dar testemunho. Vocês não devem acreditar que nós somos monstros: somos como vocês, só que muito mais infelizes”.

É evidente que tais afirmações, bem como as outras, inúmeras, que por eles e entre eles terão sido ditas mas não chegaram até nós, não podem ser tomadas ao pé da letra. De homens que conheceram essa destituição extrema não se pode esperar um depoimento no sentido jurídico do termo, e sim algo que fica entre o lamento, a blasfêmia, a expiação e o esforço de justificativa, de recuperação de si mesmos. Deve-se esperar antes um desafoço libertador do que uma verdade com o rosto de Medusa. ✕

Ter concebido e organizado os Esquadrões foi o delito mais demoníaco do nacional-socialismo. Por trás do aspecto pragmático (fazer economia de homens válidos, impor a outros as tarefas mais atroz) se podem ver outros mais sutis. Através dessa

instituição, tentava-se transferir para outrem, e precisamente para as vítimas, o peso do crime, de tal sorte que para o consolo delas não ficasse nem a consciência de ser inocente. Não é fácil nem agradável examinar esse abismo de maldade, mas eu penso que se deva fazê-lo, porque o que foi possível perpetrar ontem poderá ser novamente tentado amanhã, poderá envolver a nós mesmos ou a nossos filhos. Experimenta-se a tentação de virar o rosto e afastar o pensamento: é uma tentação a que devemos resistir. Com efeito, a existência dos Esquadrões tinha um significado, possuía uma mensagem: “Nós, o povo dos Senhores, somos quem os destrói, mas vocês não são melhores do que nós; se quisermos, e o queremos, nós somos capazes de destruir não só seus corpos mas também suas almas, tal como destruímos as nossas”.

Miklos Nyiszli, médico húngaro, esteve entre os pouquíssimos sobreviventes do último Esquadrão Especial de Auschwitz. Era um conhecido anatomatopatólogo, especializado em autópsias, e o médico-chefe dos SS de Birkenau, aquele Mengele que morreu há poucos anos fugindo da justiça, se valia de seus serviços; reservava-lhe um tratamento de favor e o considerava quase como um colega. Nyiszli devia dedicar-se especialmente ao estudo dos gêmeos: com efeito, Birkenau era o único lugar no mundo em que existia a possibilidade de examinar cadáveres de gêmeos assassinados no mesmo momento. Ao lado desta tarefa particular, à qual, diga-se de passagem, não parece que ele se tenha oposto com muita determinação, Nyiszli era o médico do Esquadrão, com o qual vivia em estreito contato. Pois bem, ele narra um fato que me parece significativo.

Os SS, como disse, escolhiam cuidadosamente, nos Lager ou nos comboios que chegavam, os efetivos dos Esquadrões, não hesitando em suprimir na hora aqueles que se recusavam ou se mostravam inadaptados a suas funções. Em relação aos membros recém-admitidos, eles mostravam o mesmo comportamento de desprezo e distância que tinham por hábito demonstrar em face de todos os prisioneiros, especialmente os judeus; fora-lhes inculcado que se tratava de seres vis, inimigos da Alemanha e, por isso, indignos de viver; no caso mais favorável, podiam ser

obrigados a trabalhar até a morte por exaustão. Mas não se comportavam assim em relação aos veteranos do Esquadrão: viam-nos de algum modo como colegas, já tão desumanizados como eles próprios, ligados à mesma condição, unidos pelo vínculo imundo da cumplicidade imposta. Nyiszli, assim, narra ter assistido, durante uma pausa de “trabalho”, a uma partida de futebol entre SS e SK (*Sonderkommando*), vale dizer, entre uma representação dos SS de guarda no forno crematório e uma representação do Esquadrão Especial; à partida assistem outros soldados SS e o resto do Esquadrão, torcendo, apostando, aplaudindo, encorajando os jogadores, como se a partida se desenrolasse não diante das portas do inferno, mas num campo de aldeia.

Nada semelhante jamais aconteceu, nem seria concebível, com outras categorias de prisioneiros; mas com eles, com os “corvos do forno crematório”, os SS podiam entrar em campo, em igualdade ou quase. Por trás desse armistício se lê um riso satânico: está consumado, conseguimos, vocês não são mais a outra raça, a anti-raça, o inimigo primeiro do Reich milenar: vocês não são mais o povo que refuta os ídolos. Nós os abraçamos, corrompemos, arrastamos para o fundo conosco. Vocês são como nós, vocês com seu orgulho: sujos de seu sangue, como nós. Também vocês, como nós e como Caim, mataram o irmão. Venham, podemos jogar juntos.

Nyiszli narra um outro episódio digno de meditação. Na câmara de gás foram amontoados e assassinados os prisioneiros de um trem recém-chegado, e o Esquadrão está cumprindo a horrenda tarefa de todos os dias, desfazer o emaranhado de cadáveres, lavá-los com os hidrantes e transportá-los para os fornos crematórios, mas no chão encontram uma jovem ainda viva. O evento é excepcional, único; talvez os corpos tenham feito uma barreira ao redor dela, retendo um pouco de ar que permaneceu respirável. Os homens estão perplexos; a morte é seu ofício de todos os momentos, a morte é um hábito, porque, precisamente, “ou se enlouquece no primeiro dia, ou então se acostuma”, mas aquela mulher está viva. Escondem-na, aquecem-na, trazem-lhe caldo de carne, interrogam-na: a moça tem dezesseis anos, não se orienta nem no espaço nem no tempo, não sabe onde está, per-

correu sem entender o suplício do trem lacrado, da brutal seleção preliminar, do desnudamento, do ingresso na câmara de onde ninguém jamais saiu vivo. Não compreende, mas viu; por isso, deve morrer, e os homens do Esquadrão sabem disto, tanto quanto sabem que eles próprios devem morrer, e pela mesma razão. Mas esses escravos embrutecidos pelo álcool e pelo extermínio cotidiano se transformaram; diante deles não há mais a massa anônima, a torrente de pessoas espantadas, atônitas, que desce dos vagões: há uma pessoa.

Como não lembrar o “insólito respeito” e a hesitação do “ignóbil coveiro” diante do caso singular, diante da menina Cecília morta pela peste, que, em *Os noivos*, a mãe não deixa ser jogada na carroça, misturada entre os outros mortos? Fatos como esse espantam, porque contrariam a imagem que abrigamos em nós do homem concorde consigo mesmo, coerente, monolítico; e não deveriam espantar, porque o homem não é assim. Piedade e brutalidade podem coexistir, no mesmo indivíduo e no mesmo momento, contra toda lógica; de resto, a própria piedade foge à lógica. Não existe proporção entre a piedade que experimentamos e a extensão da dor que suscita a piedade: uma só Anna Frank gera mais comoção do que uma infinidade que sofreu como ela, mas cuja imagem permaneceu na sombra. Talvez seja necessário isso; se devêssemos e pudéssemos sofrer os sofrimentos de todos, não poderíamos viver. Talvez somente aos santos seja concedido o terrível dom da piedade por muitos; aos coveiros, aos membros do Esquadrão Especial e a todos nós somente resta, no melhor dos casos, a piedade eventual dirigida ao indivíduo, ao *Mitmensch*, ao co-homem: ao ser humano de carne e sangue que está diante de nós, ao alcance de nossos sentidos providencialmente míopes.

É chamado um médico, que reanima a moça com uma injeção: certo, o gás não fez seu papel, ela poderá sobreviver, mas onde e como? Naquele momento surge Muhsfeld, um dos soldados SS encarregados dos equipamentos da morte; o médico o chama à parte e lhe expõe o caso. Muhsfeld hesita e depois decide: não, a moça deve morrer; se fosse mais velha, o caso seria diferente, ela teria mais juízo e talvez se pudesse convencê-la a

calar sobre tudo o que lhe ocorrera, mas tem só dezesseis anos: não se pode confiar nela. Mas não a mata pessoalmente, chama um subordinado para eliminá-la com um tiro na nuca. Ora, este Muhsfeld não era um misericordioso; sua cota diária de massacre estava coberta de episódios arbitrários e caprichosos, marcada por suas invenções de refinada crueldade. Foi processado em 1947, condenado à morte e enforcado em Cracóvia, o que foi justo; mas nem mesmo ele era um monolito. Se tivesse vivido num ambiente e numa época diferente, é provável que se comportasse como qualquer outro homem comum.

Em *Os irmãos Karamazov*, Gruchenka narra a fábula da cebola. Uma velha malvada morre e vai ao inferno, mas seu anjo da guarda, vasculhando a memória, se lembra de que ela, uma vez, uma só, havia dado a um mendigo uma pequena cebola de sua horta: estende-lhe a cebola, e a velha a ela se agarra, salvando-se do fogo do inferno. Essa fábula sempre me pareceu revoltante: que monstro humano nunca terá dado uma pequena cebola em sua vida, se não a outros, pelo menos a seus filhos, à mulher, ao cão? Aquele instante singular de piedade logo cancelada não basta, certamente, para absolver Muhsfeld, mas é suficiente para colocar também a ele, ainda que na margem extrema, naquela faixa cinzenta, naquela zona de ambigüidade que se irradia dos regimes fundados no terror e na obediência.

Não é difícil julgar Muhsfeld, e não creio que o tribunal que o condenou tenha tido dúvidas; ao contrário, nossa necessidade e nossa capacidade de julgar se detêm diante do Esquadrão Especial. Imediatamente surgem as perguntas, perguntas convulsivas, às quais é árduo mister dar uma resposta que nos tranqüilize sobre a natureza do homem. Por que eles aceitaram aquela tarefa? Por que não se rebelaram, por que não preferiram a morte?

Numa certa medida, os fatos de que dispomos nos permitem tentar uma resposta. Nem todos aceitaram; alguns se rebelaram, sabendo que morreriam. De pelo menos um caso temos informação precisa: um grupo de quatrocentos judeus de Corfu, que em julho de 1944 fora recrutado para o Esquadrão, rejeitou completamente o trabalho, sendo imediatamente assassinado por asfixia. Há registro de várias revoltas singulares, todas logo puni-

das com uma morte atroz (Filip Müller, um dos pouquíssimos sobreviventes do Esquadrão, dá conta de um seu companheiro que os SS puseram vivo na fornalha), e de muitos casos de suicídio no ato do recrutamento ou imediatamente depois. Por fim, deve-se lembrar que precisamente o Esquadrão Especial foi que organizou, em outubro de 1944, a única e desesperada tentativa de revolta na história dos Lager de Auschwitz, que já mencionamos.

As informações dessa tentativa que chegaram até nós não são nem completas nem coincidentes; sabe-se que os revoltosos (os encarregados de dois dos cinco fornos crematórios de Auschwitz-Birkenau), mal-armados e sem contatos com os guerrilheiros poloneses fora do Lager e com a organização clandestina de defesa dentro do Lager, explodiram o forno crematório número 3 e lutaram contra os SS. O combate terminou muito rapidamente; alguns rebeldes conseguiram romper o arame farpado e fugir, mas foram capturados pouco depois. Nenhum deles sobreviveu; cerca de 450 foram imediatamente mortos pelos SS; destes últimos, três foram mortos e doze feridos.

Assim, em relação aos miseráveis executores do extermínio, aqueles de quem temos notícia são os outros, os que em cada oportunidade preferiram algumas semanas a mais de vida (e que vida!) à morte imediata, mas que em nenhum caso se induziram, ou foram induzidos, a matar de próprio punho. Repito: acredito que ninguém esteja autorizado a julgá-los, nem quem conheceu a experiência do Lager, nem muito menos quem não a conheceu. Gostaria de convidar todo aquele que ousar tentar um juízo a realizar sobre si mesmo, com sinceridade, uma experiência conceitual: imagine, se conseguir, ter passado meses ou anos num gueto, atormentado pela fome crônica, pelo cansaço, pela promiscuidade e pela humilhação; ter visto morrer ao redor, um a um, os próprios entes queridos; ter sido arrancado do mundo, sem poder receber nem transmitir notícias; ter sido, por fim, embarcado num comboio, oitenta ou cem pessoas em cada vagão de carga; ter viajado para o desconhecido, às cegas, por dias e noites insones; e ver-se afinal lançado entre os muros de um inferno indecifrável. Aqui se lhe oferece a sobrevivência e se

lhe propõe, ou antes, impõe, uma tarefa sinistra mas vaga. É este, me parece, o verdadeiro Befehlnotstand, "o estado de coação consequente a uma ordem": não aquele sistemática e despuodradamente invocado pelos nazistas levados a juízo e, mais tarde (mas seguindo suas pegadas), pelos criminosos de guerra de muitos outros países. O primeiro é uma alternativa rígida, a obediência imediata ou a morte; o segundo é um fato interno ao centro de poder, podendo ser resolvido (com efeito, muitas vezes foi resolvido) com uma manobra qualquer, com algum atraso na carreira, com uma punição moderada, ou, no pior dos casos, com a transferência do recalcitrante para a frente de guerra.

A experiência que propus não é agradável; tentou representá-la Vercors, em sua narrativa Les armes de la nuit (Paris, Albin Michel, 1953), na qual se fala da "morte da alma" e que, relida hoje, me parece intoleravelmente viciada de esteticismo e de afetação literária. Mas é indiscutível que se trata de morte da alma; ora, ninguém pode saber por quanto tempo, e a quais provas, sua alma resistirá antes de dobrar-se ou de quebrar. Todo ser humano possui uma reserva de forças cuja medida lhe é desconhecida: pode ser grande, pequena ou nula, e só a adversidade extrema lhe permite avaliá-la. Mesmo sem recorrer ao caso-limite dos Esquadrões Especiais, sucede com frequência a nós, sobreviventes, quando contamos nossas vicissitudes, que o interlocutor diga: "Eu, em seu lugar, não teria resistido um dia". A afirmação não tem um sentido preciso: nunca se está no lugar de um outro. Cada indivíduo é um objeto de tal modo complexo que é vão querer prever seu comportamento, ainda mais em situações extremas; nem mesmo é possível antever o próprio comportamento. Por isto, peço que a história dos "corvos do forno crematório" seja meditada com piedade e rigor, mas que o julgamento sobre eles fique suspenso.

J. Rumkowski
A mesma *impotentia judicandi* nos paralisa diante do caso Rumkowski. A história de Chaim Rumkowski não é propriamente uma história de Lager, embora no Lager se conclua: é uma história de gueto, mas tão eloqüente sobre o tema fundamental da ambigüidade humana fatalmente provocada pela opressão, que

me parece caber muito bem em nosso discurso. Repito-a aqui, embora já a tenha narrado em outra parte.

Voltando de Auschwitz achei no bolso uma curiosa moeda de liga leve, que ainda conservo. Está arranhada e corroída; traz numa face a estrela hebraica (o “Escudo de Davi”), a data de 1943 e a palavra *getto*, que se lê *gueto*, à moda alemã; na outra face, as legendas: QUITTUNG ÜBER 10 MARK e DER ÄLTESTE DER JUDEN IN LITZMANNSTADT, ou seja, respectivamente, *Recibo de 10 marcos* e *O decano dos judeus em Litzmannstadt*: em resumo, era a moeda interna de um gueto. Por muitos anos esqueci sua existência, mas por volta de 1974 pude reconstruir sua história, que é fascinante e sinistra.

Com o nome de Litzmannstadt, em honra de um general Litzmann vitorioso sobre os russos na Primeira Guerra Mundial, os nazistas tinham rebatizado a cidade polonesa de Lódź¹ No fim de 1944 os últimos sobreviventes do gueto de Lódź foram deportados para Auschwitz: eu devo ter encontrado no chão do Lager aquela moeda já inútil.

Em 1939, Lódź tinha 750 mil habitantes e era a mais industrial das cidades polonesas, a mais “moderna” e a mais feia: vivia da indústria têxtil, como Manchester e Biella, e estava marcada pela presença de uma miríade de estabelecimentos grandes e pequenos, em sua maioria obsoletos já então. Como em todas as cidades de uma certa importância da Europa Oriental ocupada, os nazistas se deram pressa em construir aí um gueto, restabelecendo, agravado por sua ferocidade moderna, o regime dos guetos da Idade Média e da Contra-Reforma. O gueto de Lódź, estabelecido já em fevereiro de 1940, foi o primeiro cronologicamente e o segundo, após o de Varsóvia, em termos de consistência numérica: chegou a possuir 160 mil judeus e só foi dissolvido no outono de 1944. Foi, pois, o mais duradouro dos guetos nazistas, e isto deve ser atribuído a duas razões: sua importância econômica e a perturbadora personalidade de seu presidente.

1. A grafia correta é Kódź (pron. “Uúdj”). Por dificuldade de reprodução será grafada Lódź no texto. (NE)

Chamava-se Chaim Rumkowski: ex-pequeno industrial falido, após várias viagens e muitas vicissitudes se estabelecera em Lódź em 1917. Em 1940 tinha quase sessenta anos e era viúvo sem filhos; desfrutava uma certa estima e era conhecido como diretor de obras pias hebraicas e como homem enérgico, inculto e autoritário. O cargo de presidente (ou decano) de um gueto era intrinsecamente espantoso, mas era um cargo, constituía um reconhecimento social, significava um degrau acima e conferia direitos a privilégios, isto é, autoridade: ora, Rumkowski amava apaixonadamente a autoridade. Como obteve a investidura não se sabe: talvez se tratasse de uma zombaria no torpe estilo nazista (Rumkowski era, ou parecia, um tolo com ares de honestidade; em suma, um objeto ideal de escárnio); talvez ele próprio tivesse manobrado para ser escolhido, tão forte devia ser nele a vontade de poder. Está provado que os quatro anos de sua presidência, ou melhor, de sua ditadura, foram um emaranhado surpreendente de sonho megalomaniaco, de vitalidade bárbara e de real capacidade diplomática e organizativa. Logo ele passou a ver-se na condição de monarca absoluto mas iluminado, e certamente foi estimulado nesse caminho por seus patrões alemães, que naturalmente brincavam com ele mas estimavam seus talentos de bom administrador e de homem da ordem. Deles obteve autorização para cunhar moeda, seja metálica (a tal moeda em meu poder), seja dinheiro-papel, em papel filigranado que lhe foi fornecido oficialmente. Nessa moeda eram pagos os operários extenuados do gueto: podiam gastá-la nos armazéns para adquirir sua ração alimentar, que equivalia em média a 800 calorias diárias (recordo, de passagem, que são necessárias pelo menos duas mil calorias para sobreviver em estado de absoluto repouso).

Desses seus súditos esfomeados Rumkowski ambicionava receber não só obediência e respeito, mas também amor: nisto as ditaduras modernas diferem das antigas. Como dispunha de um punhado de artistas e artesãos excelentes, fez desenharem e imprimirem selos que trazem sua efígie, com os cabelos e as barbas resplandecentes à luz da Esperança e da Fé. Teve uma sege puxada por um cavalo esquelético, com a qual percorria as ruas de seu minúsculo reino, entupidas de mendigos e de pedintes.

Teve um manto real, cercado-se de uma corte de aduladores e de sicários; fez com que seus poetas-cortesãos compusessem hinos em que se celebrava sua “mão firme e potente”, bem como a paz e a ordem que reinavam no gueto graças a ele; ordenou que às crianças das nefandas escolas, todo dia devastadas pelas epidemias, pela desnutrição e pelas incursões alemãs, fossem designados temas em louvor “a nosso amado e sagaz presidente”. Como todos os autocratas, se apressou em organizar uma polícia eficiente, nominalmente para manter a ordem, de fato para proteger sua pessoa e para impor sua disciplina: era constituída de seiscentos guardas armados de bastão e um número incerto de delatores. Pronunciou muitos discursos, alguns dos quais se conservaram e cujo estilo é inconfundível: havia adotado a técnica oratória de Mussolini e de Hitler, aquela da recitação inspirada, do pseudocolóquio com a multidão, da criação do consenso através da adesão e do controle. Talvez esta sua imitação fosse deliberada; talvez, ao contrário, fosse uma identificação inconsciente com o modelo do “herói necessário” que então dominava a Europa e fora cantado por D’Annunzio; mas é mais provável que sua atitude nascesse de sua condição de pequeno tirano, impotente diante dos de cima e onipotente diante dos de baixo. Quem tem trono e cetro, quem não teme ser contradito nem escarnecido, fala assim.

No entanto, sua figura foi mais complexa do que sugerimos até aqui. Rumkowski não foi somente um renegado e um cúmplice; em alguma medida, além de fazer com que os outros se convencessem, ele progressivamente deve ter se convencido de ser um messias, um salvador de seu povo, cujo bem, pelos menos a intervalos, ele deve também ter desejado. É preciso beneficiar para se sentir benéfico, e sentir-se benéfico é gratificante até para um sátrapa corrompido. Paradoxalmente, à sua identificação com os opressores se alterna ou se justapõe uma identificação com os oprimidos, porque o homem, diz Thomas Mann, é uma criatura confusa; e se torna mais confusa, podemos acrescentar, quanto mais submetida a tensões: então escapa a nosso juízo, assim como enlouquece uma bússola diante do pólo magnético.

Embora tenha sido constantemente desprezado e escarnecido pelos alemães, é provável que Rumkowski pensasse em si mesmo não como um escravo, mas como um senhor. Deve ter tomado a sério sua autoridade: quando a Gestapo se apoderou, sem prévia notificação, de “seus” conselheiros, ocorreu corajosamente em auxílio deles, expondo-se a zombarias e a humilhações que soube suportar com dignidade. Mesmo em outras ocasiões, buscou negociar com os alemães, que exigiam cada vez mais tecidos de Lódz, bem como contingentes cada vez mais numerosos de bocas inúteis (velhos, crianças, doentes) para mandar às câmaras de gás de Treblinka e depois de Auschwitz. A própria dureza com que se precipitou a reprimir os movimentos de insubordinação de seus súditos (existiam em Lódz, como nos outros guetos, núcleos de temerária resistência política, de raiz sionista, comunista ou influenciada pelo *Bund*) não provinha tanto de servilismo diante dos alemães quanto de “lesa-majestade”, de indignação pelo ultraje lançado à sua real pessoa.

Em setembro de 1944, como a frente russa estivesse próxima, os nazistas deram início à liquidação do gueto de Lódz. Dezenas de milhares de homens e mulheres foram deportados para Auschwitz, *anus mundi*, lugar de drenagem última do universo alemão; exauridos como estavam, foram quase todos eliminados de imediato. Permaneceu no gueto um milhar de homens, desmontando a maquinaria das fábricas e apagando os vestígios do massacre: foram libertados pelo Exército Vermelho pouco depois, e a eles se devem as informações aqui reportadas.

Sobre o destino final de Chaim Rumkowski existem duas versões, como se a ambigüidade sob cujo signo vivera se arrastasse para envolver sua morte. Segundo a primeira versão, no decorrer da liquidação do gueto ele teria buscado opor-se à deportação de seu irmão, de quem não queria separar-se; um oficial alemão lhe teria então proposto partir voluntariamente com o irmão, e ele teria aceito. Uma outra versão afirma, ao contrário, que a salvação de Rumkowski teria sido tentada por Hans Biebow, outro personagem carregado de duplicidade. Este miserável industrial alemão era o funcionário responsável, ao mesmo tempo, pela administração do gueto e pelos contratos de forne-

cimento: sua função, portanto, era delicada, porque as fábricas têxteis de Lódz trabalhavam para as forças armadas. Biebow não era um monstro: não lhe interessava criar sofrimentos inúteis nem punir os judeus por sua culpa de serem judeus, mas sim lucrar com os fornecimentos, de um modo lícito ou não. O tormento do gueto o atingia, mas só por via indireta; desejava que os operários-escravos trabalhassem e, por isto, que não morressem de fome; seu sentido moral se detinha aqui. De fato, era o verdadeiro patrão do gueto e estava ligado a Rumkowski por aquela relação comitente-fornecedor que muitas vezes desemboca numa áspera amizade. Biebow, mísero saqueador, tão cínico que não podia tomar a sério a demonologia racista, haveria de querer adiar indefinidamente o desmantelamento do gueto, que para ele era um ótimo negócio, e preservar Rumkowski da deportação, em cuja cumplicidade confiava: de onde se vê como freqüentemente um realista seja objetivamente melhor do que um teórico. Mas os teóricos SS tinham parecer contrário, e eram mais fortes. Eram *gründlich*, radicais: abaixo o gueto, fora Rumkowski.

Não podendo dispor de outra maneira, Biebow, que tinha boas relações, entregou a Rumkowski uma carta endereçada ao comandante do Lager de destinação, garantindo-lhe que ela o protegeria e asseguraria um tratamento favorável. Rumkowski teria pedido a Biebow, e obtido, que viajasse até Auschwitz — ele, Rumkowski, e sua família — com o decoro adequado à sua condição, vale dizer, num vagão especial, enganchado no fim do comboio de vagões de carga lotados de deportados sem privilégios: mas o destino dos judeus nas mãos dos alemães era um só, fossem covardes ou heróis, humildes ou soberbos. Nem a carta nem o vagão serviram para salvar do gás Chaim Rumkowski, rei dos judeus.

Uma história como essa não se encerra em si mesma. Não é unívoca, propõe mais perguntas do que responde, resume em si toda a temática da zona cinzenta e deixa perplexidades. Grita e exige ser compreendida, porque nela se entrevê um símbolo, como nos sonhos e nos signos do céu.

Quem é Rumkowski? Não é um monstro nem um homem comum; no entanto, a nosso redor muitos são semelhantes a ele. Os fracassos que precederam sua “carreira” são significativos: os homens que retiram força moral de um fracasso são poucos. Parece-me que em sua história se pode reconhecer de uma forma exemplar a necessidade quase física que faz nascer da coação política a área indefinida da ambigüidade e do compromisso. Aos pés de todo trono absoluto, homens como ele se amontoam para obterem sua pequena fatia de poder: é um espetáculo recorrente, voltam à memória as lutas sangrentas dos últimos meses da Segunda Guerra Mundial, na corte de Hitler e entre os ministros de Saló; homens cinzentos também estes, ainda mais cegos do que criminosos, encarniçados na luta pela repartição das migalhas de uma autoridade celerada e moribunda. O poder é como a droga: a falta de um e de outro é desconhecida de quem não os provou, mas, após a iniciação, que (como para Rumkowski) pode ser fortuita, nascem a dependência e a necessidade de doses cada vez mais altas; também nasce a recusa da realidade e o retorno aos sonhos infantis de onipotência. Se for válida a interpretação de um Rumkowski intoxicado de poder, é preciso admitir que a intoxicação sobreveio não por causa, mas apesar do ambiente do gueto; ou seja, que ela é tão poderosa que prevalece até em condições que parecem extinguir toda vontade individual. De fato, nele era bem visível, como em seus modelos mais famosos, a síndrome do poder prolongado e incontestado: a visão distorcida do mundo, a arrogância dogmática, a necessidade de adulação, a obsessão convulsiva pelas alavancas de comando, o desprezo das leis.

Tudo isso não livra Rumkowski de suas responsabilidades. Dói e fere que um Rumkowski tenha surgido da aflição de Lódz; se tivesse sobrevivido à sua tragédia, e à tragédia do gueto por ele conspurcada com a sobreposição de sua imagem de histrião, nenhum tribunal o teria absolvido, nem certamente o podemos absolver no plano moral. Mas ele tem atenuantes: uma ordem infernal, como o nacional-socialismo, exerce um espantoso poder de corrupção, do qual é difícil escapar. Degrada suas vítimas e torna-as semelhantes a si, porque lhe são ne-

cessárias cumplicidades, grandes e pequenas. Para resistir a ela, é preciso uma envergadura moral muito sólida, e aquela de que dispunha Chaim Rumkowski, o comerciante de Lódz, junto com toda a sua geração, era frágil: mas nós, europeus de hoje, a teríamos forte? Como se comportaria cada um de nós se fosse premido pela necessidade e, ao mesmo tempo, atraído pela sedução?

A história de Rumkowski é a história desagradável e inquietante dos *Kapos* e dos funcionários dos Lager; dos chefetes que servem a um regime a cujos crimes se mostram deliberadamente cegos; dos subordinados que assinam tudo, porque uma assinatura custa pouco; de quem balança a cabeça, mas consente; de quem diz: “se eu não o fizer, um outro pior do que eu o fará”.

Nessa faixa de consciências medianas deve colocar-se Rumkowski, figura simbólica e exemplar. Se no alto ou embaixo, é difícil dizer: só ele poderia esclarecer isto se pudesse falar diante de nós, talvez até mentindo, como sempre mentia, inclusive a si mesmo; de qualquer modo, ajudar-nos-ia a compreendê-lo, tal como todo acusado ajuda o seu juiz, mesmo que não queira, mesmo que minta, porque a capacidade do homem de representar um papel não é ilimitada.

Mas tudo isso não basta para explicar o sentido de urgência e de ameaça que emana dessa história. Talvez seu significado seja mais amplo: em Rumkowski nos espelhamos todos, sua ambigüidade é nossa, congênita, híbridos — que somos — de barro e espírito; sua febre é nossa, é a de nossa civilização ocidental que “desce ao inferno com trompas e tambores”, e seus miseráveis ouropéis são a imagem distorcida de nossos símbolos de prestígio social. Sua loucura é a do homem presunçoso e mortal, como o descreve Isabella em *Misura per misura*, o homem que,

... ammantato d'autorità precaria,
di ciò ignaro di cui si crede certo,
— della sua essenza, ch'è di vetro —, quale
una scimmia arrabbiata, gioca tali

insulse buffonate sotto il cielo
da far piangere gli angeli.²

Como Rumkowski, também nós somos ofuscados pelo poder e pelo prestígio a ponto de esquecer nossa fragilidade essencial: pactuamos com o poder, de bom grado ou não, esquecendo que no gueto estamos todos, que o gueto está cercado, que além de seu perímetro estão os senhores da morte, e que não muito distante espera o trem.

2. “... coberto de precária autoridade, / ignaro daquilo de que se crê certo, / — de sua essência, que é de vidro —, / qual um mono irado, representa / tanta insulsa estupidez sob os céus / que faz chorar os anjos.”

III | A VERGONHA

Existe um quadro estereotipado, proposto infinitas vezes, consagrado pela literatura e pela poesia, registrado pelo cinema: ao fim da tempestade, quando sobrevém a “quietude após atormenta”, todo coração se alegra. “Sair da aflição nos traz prazer”. Após a doença retorna a saúde; para romper as cadeias chegam os nossos, os libertadores, com as bandeiras desfaldadas; o soldado volta e reencontra a família e a paz.

A julgar pelas narrativas feitas por muitos sobreviventes e pelas minhas próprias recordações, o pessimista Leopardi, nesta sua representação, foi além da verdade: malgrado ele mesmo, demonstrou-se otimista. Na maior parte dos casos, a hora da libertação não foi nem alegre nem despreocupada: soava em geral num contexto trágico de destruição, massacre e sofrimento. Naquele momento, quando voltávamos a nos sentir homens, ou seja, responsáveis, retornavam as angústias dos homens: a angústia da família dispersa ou perdida; da dor universal ao redor; do próprio cansaço, que parecia definitivo, não mais remediável; da vida a ser recomeçada em meio às ruínas, muitas vezes só. Não “prazer, filho da aflição”: aflição, filha da aflição. Sair do tormento foi um prazer somente para uns poucos afortunados, ou somente por poucos instantes, ou para almas simples; quase sempre coincidiu com uma fase de angústia.